

2. A Comissão deverá apresentar relatório conclusivo do que foi apurado no prazo legal de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 101, do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

3. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### GABINETE DA SECRETÁRIA

#### PORTARIA Nº 012/SMADS/2021

Determina orientações a serem seguidas pela rede socioas-sistencial no atual cenário da pandemia de Covid-19

**BERENICE MARIA GIANNELLA**, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021, que dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Municí-pio de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.755, de 14 de setembro de 2020, que institui o regime permanente de teletrabalho nos órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO a Portaria SG nº 24/2020, que dispõe sobre orientações gerais acerca do regime de teletrabalho preconizado pelo Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistên-cia e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 11/SMADS/2021, que re-gulamenta o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

#### RESOLVE

Art. 1º Aplicar aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e Centros POP, o previsto no Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020 para a fase de "Suspensão Parcial das Ativi-dades", sendo que o horário de atendimento presencial nesses equipamentos deverá ocorrer das 10h às 16h.

§ 1º Seguem aplicáveis aos CRAS, CREAS e Centros POP as disposições da Portaria nº 11/SMADS/2021.

§ 2º A redução do horário de atendimento presencial ocor-rerá sem prejuízo do cumprimento integral, pelo servidor, de seu número de horas de trabalho usual.

§ 3º O teleatendimento e atividades de natureza adminis-trativa e gerencial continuarão a ser realizadas das 8h às 18h.

§ 4º As agendas para inscrição e atualização no CadÚnico serão remanejadas para cumprimento ao disposto no caput.

§ 5º As sessões públicas devem ser realizadas seguindo as orientações da Nota Técnica nº 03/SMADS/2020.

§ 6º Aplica-se às Supervisões de Assistência Social - SAS as regulamentações de horário de funcionamento e atendimento deste artigo.

Art. 2º As unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS poderão reorganizar as escalas de trabalho, desde que haja a manutenção diária na unidade de servidores suficientes para garantia do atendimento e que não haja prejuízo ao funcionamento do serviço.

Art. 3º Durante a vigência desta Portaria, os servidores poderão adotar escalas de trabalho semanais nas seguintes modalidades:

I - 2 (dois) dias de trabalho à distância e 3 (três) dias de trabalho presencial;

II - 3 (três) dias de trabalho à distância e 2 (dois) dias de trabalho presencial.

§ 1º A execução do teletrabalho consistirá no desenvolvi-mento, à distância, das tarefas habituais e rotineiras desenvol-vidas pelo servidor, quando passíveis de serem realizadas de forma não presencial, ou de cumprimento de plano de trabalho ou tarefas específicas, mensuráveis objetivamente, desde que compatíveis com as atribuições do cargo ocupado pelo servidor, com sua unidade de lotação e com o regime não presencial.

§ 2º Segue vigente o regime de teletrabalho por força dos artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 59.283/2020.

§ 3º Os dias de trabalho à distância registrados na escala fixada são incompatíveis com a concessão ao servidor do Auxílio-Transporte.

§ 4º Aplicam-se aos servidores que adotarem as moda-lidades de escala de trabalho previstas nos incisos I e II as orientações constantes do artigo 7º da Portaria nº 24/SG/2020.

§ 5º Caberá à chefia imediata do servidor autorizá-lo a cumprir escala de trabalho nos moldes do inciso I e II deste artigo; acompanhar o andamento das atividades do Plano de Trabalho; e definir a escala dos servidores na unidade.

§ 6º As escalas de trabalho previstas nos incisos I e II deste artigo não são obrigatórias, sendo possível o cumprimento da jornada de trabalho de modo integralmente presencial.

Art. 4º Para efetivação das novas escalas de servidores nas unidades, deverá ser autuado processo administrativo pela SAS do território contendo:

I - Planos de Trabalho nos moldes do Anexo I Portaria nº 24/SG/2020 para cada servidor que aderirá à escala;

II - encaminhamento de cada Coordenador de CRAS, CREAS ou Centro POP do território, bem como do Supervisor da SAS, autorizando os Planos de Trabalho correspondentes aos servido-res lotados na unidade e informando a escala de trabalho nela fixada, conforme modelo a ser disponibilizado pela SMADS.

Parágrafo único: No caso das coordenações da Coordena-doria de Gestão do SUAS, Coordenadoria de Administração e Finanças e Coordenadoria Jurídica, bem como das assessorias vinculadas ao Gabinete, o processo deverá ser autuado pela chefia imediata.

Art. 5º Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das modalidades Centros para Criança e Adolescente - CCA, Centro para Juventude - CJ, Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo - CEDESP, Centro de Convivência Intergera-cional - CCIinter e Circo Social deverão seguir as orientações da fase de "Suspensão das Atividades" constantes do Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020, à exceção do item "Atendimento presencial individual", o qual deverá ser disponibilizado para os usuários e suas famílias a fim de mitigar os agravos de vulnera-bilidade social decorrentes da pandemia.

§ 1º Os serviços mencionados no caput poderão utilizar os recursos das parcerias destinados a "Alimentação" e "Ma-teriais socioeducativos e pedagógicos" referentes ao repasse de março de 2021 para compra de cestas básicas e itens de higiene, a serem distribuídos aos usuários diretamente nos domicílios ou por retirada na unidade, e de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pela COVID-19 destinados aos trabalhadores do serviço.

§ 2º Os recursos da parceria repassados pela SMADS à OSC para pagamento de oficineiros poderão ser utilizados para este fim, cabendo aos serviços buscar alternativas para ofertar atividades por meio remoto via ferramentas digitais ou outras possibilidades de atuação à distância.

§ 3º Os serviços deverão priorizar o fornecimento de alter-nativas de atendimento não presenciais, planejadas seguindo as orientações da Portaria nº 39/SMADS/2020, cabendo o aten-

dimento individual presencial ao usuário e à sua família para situações de agravamento da vulnerabilidade ou risco social.

Art. 6º Os Serviços de Assistência Social às Famílias - SASF, Núcleos de Convivência para Idosos - NCI e Centro de Referência da Cidadania do Idoso - CRECI seguem na fase de "Suspensão Parcial das Atividades" do Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020.

Parágrafo único: Os serviços mencionados no caput po-derão utilizar os recursos das parcerias destinados a "Alimen-tação" e "Material socioeducativo e pedagógico" referentes ao repasse de março de 2021 para compra de cestas básicas e itens de higiene, a serem distribuídos aos usuários na visita domiciliar, e de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pelo COVID-19 destinados aos trabalhadores do serviço.

Art. 7º Os serviços da Proteção Social Especial de Mé-dia Complexidade deverão seguir as orientações da fase de "Suspensão Parcial das Atividades" constantes do Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020, à exceção do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, do Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua, e dos Núcleos de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPI.

§ 1º Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade com atividades parcialmente suspensas poderão utilizar os recursos das parcerias destinados a "Alimentação", "Materiais socioeducativos e pedagógicos" e "Transporte dos usuários" referentes ao repasse de março de 2021 para compra de cestas básicas e itens de higiene, a serem distribuídos direta-mente nos domicílios dos usuários ou por retirada na unidade, e de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pela COVID-19 destinados aos trabalhadores do serviço.

§ 2º Os Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua mantêm seu funcionamento regular, devendo seguir estritamente as orientações do Anexo I da Portaria nº 39/ SMADS/2020, restando suspensas as atividades promovidas por voluntários ou outras pessoas que não compõem o quadro de profissionais de serviço, bem como as atividades externas ao serviço.

§ 3º Os SEAS mantêm seu funcionamento regular, devendo seguir estritamente as orientações do Anexo I da Portaria nº 39/ SMADS/2020.

§ 4º Aplicam-se aos NPJ o disposto no artigo 1º desta Portaria.

Art. 8º Os serviços cujas tipologias não estão contempladas na presente normativa mantêm seu funcionamento nos termos da Portaria nº 11/SMADS/2021.

Art. 9º Esta Portaria vigorará a partir de 15 de março de 2021.

## FAZENDA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### GABINETE DO SECRETARIO

Processo Eletrônico nº 6017.2020/0057445-5. Secre-taria Municipal da Fazenda. Contratação direta. FUNDA-ÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Dis-pensa de licitação. Art. 28, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Prestação de serviços mensais de cômputo do “Índice de Preços ao Consumidor”. Nos termos do disposto no artigo 26, "caput", da Lei Federal 8.666/93, RATIFICO a contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), CNPJ nº 43.942.358/0001-46, autorizada pelo despacho da Coordenado-ra de Administração desta Pasta, com fundamento no artigo 24, inciso XIII, do citado diploma legal.

Processo Eletrônico nº 6017.2020/0057445-5. Se-cretaria Municipal da Fazenda. Retificação. Contratação direta 1. Em face das informações constantes (SEI 040886136), RETIFICO o despacho publicado no D.O.C. em 12 de março de 2021 (SEI 040881702), para constar “dotação nº 17.10.04.12 2.3024.2.100.3.3.90.35.00.00”, onde se lê “dotação n.º 17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.”. 2. RATIFICO todos os demais termos daquele ato.

#### GABINETE DO SECRETARIO

##### PORTARIA SF Nº 45, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a programação financeira do Departa-mento de Administração Financeira da Subsecretaria do Tesouro Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA , no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de programação financei-ra adequada, de forma a não permitir o atraso dos pagamentos devidos pela Administração Direta do MUNICÍPIO

CONSIDERANDO a necessidade de tempo para operacio-nalizar os serviços próprios do Departamento de Administração Financeira - DEFIN da Subsecretaria do Tesouro Municipal – SU-TEM, necessários a efetivação de pagamentos;

CONSIDERANDO que compete às diversas Unidades Orça-mentárias a liquidação da despesa, no regime de competência, e a consequente inserção de dados no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF, com o objetivo de serem cumpridas todas as etapas da despesa;

CONSIDERANDO que as unidades orçamentárias devem manter o planejamento e a gestão orçamentária e financeira de modo que seus pagamentos ocorram em tempo hábil.

#### RESOLVE :

Art. 1º Para fins de definição da data de pagamento de des-pesa, será considerada a data de processamento da respectiva liquidação no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF, acrescida de, no mínimo, 3 (três) dias úteis.

Parágrafo único. Havendo divergência entre a data re-sultante da aplicação do procedimento previsto no "caput" deste artigo e a data prevista para pagamento apontada pela Unidade Orçamentária, prevalecerá aquela cronologicamente posterior.

Art. 2º Caso a Unidade Orçamentária tenha cadastrado incorretamente a data prevista para pagamento, poderá o res-ponsável realizar a alteração por meio de funcionalidade do Sis-tema de Orçamento e Finanças ("SOF") (MÓDULO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA>MOVIMENTO>ANTECIPAÇÃO-CORREÇÃO DE PAGAMENTOS).

§ 1º O procedimento previsto no "caput" deste artigo é admitido exclusivamente para correção da data de vencimento cadastrada de forma incorreta no processo de liquidação da despesa.

§ 2º A retificação da data de pagamento cadastrada incor-retamente deverá ser realizada com observância do disposto no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Os casos considerados urgentes que justifiquem a re-alização de pagamentos antes do prazo fixado no Art. 1º desta Portaria deverão ser solicitados pelos responsáveis pelas unida-des orçamentárias através de funcionalidade do SOF (MÓDULO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA> MOVIMENTO>ANTECIPAÇÃO-CORREÇÃO DE PAGAMENTOS), até as 12 horas do dia útil imediatamente anterior à data solicitada para a antecipação do pagamento.

§ 1º Os pedidos deverão ser acompanhados de justificati-vas que ficarão registradas e disponibilizadas em relatório próprio para conferência, devendo o campo ser preenchido com objetividade, clareza e com o motivo específico da solicitação, evitando-se generalizações.

§ 2º Caberá ao Diretor da Divisão de Programação e Paga-mentos – DIPAG, em articulação com a Divisão do Disponí-vel - DIDIS, ambas do Departamento do Departamento de Adminis-tração Financeira – DEFIN da Subsecretaria do Tesouro Municí-pal – SUTEM desta Secretaria, deliberar a respeito do pedido

efetuado, avaliando a possibilidade operacional da realização do pagamento no prazo solicitado.

§ 3º A existência de solicitação cadastrada no sistema não implica a aprovação automática do pedido, que deverá ser acompanhado pela unidade solicitante em funcionalidade própria do sistema SOF (MÓDULO EXECUÇÃO FINANCEIRA>CONSULTA>PAGAMENTOS POR PROCESSO).

§ 4º A confirmação do envio do pagamento ao Banco e a confirmação do pagamento serão realizados, exclusivamente, por meio das funcionalidades existentes no sistema SOF, em especial a indicada no §3º deste artigo.

§ 5º Os titulares das unidades orçamentárias indicarão à Divisão de Gerenciamento do Sistema de Execução Orçamen-tária - DISEQ, do Departamento de Contadoria da Subsecretaria do Tesouro Municipal, no máximo, 3 (três) servidores para os quais será liberado acesso à funcionalidade de que trata o "caput" deste artigo.

§ 6º A solicitação de que trata o § 5º deste artigo será efetuada por meio do envio de ficha de cadastro de login, con-forme ANEXO ÚNICO, por meio de processo SEI para SF/SUTEM/DECON/DISEQ, e os usuários deverão assinalar, necessariamen-te, o grupo de acesso "Antecipação de Pagamento/Operação".

Art. 4º Na hipótese de não ser possível observar em tempo hábil o prazo previsto no Art. 3º desta Portaria, o pedido de antecipação de pagamento, devidamente justificado, deverá ser, cumulativamente:

I – encaminhado por meio de processo SEI e dirigido ao Subsecretário do Tesouro Municipal;

II – encaminhado por e-mail direcionado à caixa de dis-tribuição da Subsecretaria do Tesouro Municipal: sutemsf@prefeitura.sp.gov.br e para a caixa postal: antecpagto@prefei-tura.sp.gov.br;

III – assinado pelo secretário, subprefeito, pelo Controlador Geral do Município ou Procurador Geral do Município, conforme o órgão solicitante.



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
FAZENDA

SISTEMA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF  
CADASTRO DE LOGIN

Uso Exclusivo DISEQ  
Login: \_\_\_\_\_

1. DATA DA SOLICITAÇÃO  
/ /

USO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2 - NOME DO USUÁRIO  
\_\_\_\_\_

3 - REGISTRO FUNCIONAL COMPLETO  
\_\_\_\_\_

4 - CARGO/FUNÇÃO  
\_\_\_\_\_

5 - TELEFONE  
\_\_\_\_\_

6 - LOTACÃO  
\_\_\_\_\_

7 - E-MAIL  
\_\_\_\_\_

Autorizo o usuário acima identificado a utilizar o nível de acesso do Grupo abaixo assinalado na(s) seguinte(s) Unidade(s) Orçamentária(s):

CÓDIGO	ÓRGÃO/UNIDADE

☐ OPERAÇÃO: Acesso a inclusão, exclusão e alteração de eventos da Execução Orçamentária e Contratação, controles de Adiantamentos, consulta e emissão de relatórios.

☐ ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO/OPERAÇÃO: Acesso a inclusão, exclusão e alteração de eventos da Execução Orçamentária e Contratação, controles de Adiantamentos, consulta e emissão de relatórios, antecipação de pagamentos.

☐ OPERAÇÃO E SENHA MASTER: Acesso a inclusão, exclusão e alteração de eventos da Execução Orçamentária e Contratação, cadastro de Senha Master, controles de Adiantamentos, consulta e emissão de relatórios.

☐ CONSULTA: Acesso a consulta de eventos e emissão de relatórios.

Usuário  
Assinatura e Carimbo

Titular da Unidade Orçamentária  
Assinatura e Carimbo

### COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

#### COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO-COADM

Processo nº 6017.2020/0005380-3 – Secretaria Muni-cipal da Fazenda - Aditamento do Contrato SF nº 08/2020. Lider Serviço de Locação de Serviços Eireli.1. Em face dos elementos constantes dos autos do administrativo nº 6017.2020/0005380-3, em especial a solicitação e justificativa sob nº 040795792, a pesquisa de preço (doc. 040266869), os documentos que comprovam a regularidade da empresa e que em nome da empresa não consta registro de pendências no Ca-dastro Informativo Municipal (doc. 040406061), a reserva de re-cursos para suportar a despesa (doc. 040709694) e o Parecer da Coordenadoria Jurídica (doc. 040857652), com fundamento no inciso II do Art. 57 e inciso II do §2º do artigo 65, ambos da Lei nº 8.666/93, obedecidas as formalidades legais e cautelas de praxe, ??AUTORIZO , com fulcro na competência estabelecida no artigo 4º, II, "m", da Portaria SF nº 78/2019,??o aditamento do Contrato SF nº 08/2020,? firmado com a empresa Lider Ser-viço de Locação de Serviços Eireli , inscrita no Cadastro Na-cional de Pessoas Jurídicas sob nº 17.165.013/0001-13, ?para que seja prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 30 de abril de 2021 e a diminuição de um ve-ículo do objeto contratual, a partir de 1 de março de 2021,?pelo valor mensal estimado de R\$ 6.563,77 (seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos) e o valor total estimado de R\$ 78.765,24 (setenta e oito mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte quatro centavos), perfazendo-se o ajuste nos termos da minuta de doc. 040267389.

2. AUTORIZO o empenho dos recursos para suportar a despesa no presente exercício, onerando a dotação nº 17.10.04 .122.3024.2100.3.3.90.37.00.00 .

**Parágrafo único.** A critério do Subsecretário do Tesouro Municipal, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá ser admitido pedido de antecipação de despesa com a dispensa de uma ou mais das providências previstas nos incisos I a III deste artigo.

Art. 5º Independentemente de solicitação das Unidades Orçamentárias, os pagamentos referentes às despesas com concessionárias com código de barras cadastrados no SOF, pas-síveis de cobrança de encargos, poderão ser antecipados, a cri-tério do Diretor do Departamento de Administração Financeira - DEFIN, a fim de evitar ou de reduzir tais encargos. Art. 6º A an-tecipação de pagamento nos termos desta Portaria não poderá, em qualquer hipótese, resultar em pagamento de despesa em data anterior à prevista no contrato, ou documento equivalente.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica aos pagamentos referentes a juros, encargos e amortiza-ção da dívida para os quais existe o recálculo do valor em caso de pagamento efetuado em dia diverso do vencimento regular da parcela.

Art. 7º Não serão antecipados os pagamentos que já estive-rem com situação “em compensação” no Sistema SOF, que representam os documentos contemplados em boletim eletrô-nico de pagamento encaminhado ao banco.

Art. 8º As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Subsecretaria do Tesouro Municipal.

Art. 9º As entidades da Administração Indireta poderão estabelecer procedimentos próprios para cálculo da data de previsão de pagamento de suas despesas, bem como os pro-cedimentos para eventual antecipação de pagamento, desde que respeitados os vencimentos regulares de suas despesas, previstos em contratos ou documentos equivalentes.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria SF/SUTEM nº 265/15.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

### SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

#### DIVISÃO DE MAPA DE VALORES

#### SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE LANÇAMEN-TO FISCAL E INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁ-RIO FISCAL – IPTU

DADOS RELACIONADOS À DECLARAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (ENDEREÇO/DESCRIÇÃO): Rua Lagoa do Biriba, 3900, Bloco H, Apartamento 52 - Fazenda Itaim

NOME DO INTERESSADO(CPF/CNPJ): ISAIAS BATISTA FRANCELINO (CPF 006.061.508-70)

PROCESSO SEI NO: 6017.2021/0011588-6

DATA DA DECLARAÇÃO: 11/03/2021

DESPACHO Solicitação DEFERIDA. Com base nas infor-mações presentes no processo, declara-se que o imóvel possui lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em maior área, pelo contribuinte número 192.026.0012-1. As infor-mações prestadas nos termos deste despacho serão válidas por 90 (noventa) dias, a contar da data de intimação do solicitante, conforme definido no artigo 3º da Ordem Interna SF/SUREM nº 07, de 29 de Outubro de 2018.

#### SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE LANÇAMEN-TO FISCAL E INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁ-RIO FISCAL – IPTU

DADOS RELACIONADOS À DECLARAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (ENDEREÇO/DESCRIÇÃO): Rua Friedrich Von Voith, 1790 – Lt. 07 – Bl. 01 – Ap. 33B

NOME DO INTERESSADO(CPF/CNPJ): Jose Glauber Gar-cia de Alencar (CPF 326.171.783-15)

PROCESSO SEI NO: 6017.2021/0011199-6

DATA DA DECLARAÇÃO: 11/03/2021

autoridade certificadora oficial  
**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

  
GOVERNO DO ESTADO

documento  
assinado  
digitalmente